

Golpe de mestre

William Waack

Na dura luta que trava para renegociar a dívida externa, o governo brasileiro acaba de dar um golpe de mestre — no público interno. Descobriu-se que, se a dívida brasileira vale no mercado menos do que está escrito no papel, então nada mais lógico (e legítimo) do que pagar também menos aos credores. Pena que os *gringos* não saibam disso.

Pois é necessária uma extraordinária dose de colaboração deles, os credores, para que o dribble funcione. Eles precisam ficar bem apavorados com as declarações do presidente brasileiro e correr para vender seus títulos de dívida no mercado secundário (que precisaria multiplicar-se várias vezes, aliás), provocando nova baixa em relação ao valor de face dos papéis brasileiros. Teriam também de renunciar a lucros, *spreads*, prazos curtos e margens altas — enfim, tudo isto que torna a vida de um banqueiro tão feliz.

Interessante é notar que a Bolívia deixou de ser usada apenas para comparações negativas. São algumas das idéias de um professor americano, Jeffrey Sachs, o *guru* da reforma econômica boliviana — país cuja dívida externa é mais ou menos o que o Brasil exportou de sapatos para os EUA em 1985 —, que exerce influência em Brasília. A da utilização do deságio em benefício próprio é uma delas.

Se aqui for permitido um pouco de bom humor e irreverência, mesmo diante de uma situação tão séria, então é necessário dizer que a idéia do abatimento da dívida, via deságio, comporta duas ironias. A primeira é dar razão tardia ao *grosseirão* do Ronald Reagan, que já andou confundindo Brasil com Bolívia. A segunda é do Prof. Mário Henrique Simonsen: "Deságio existe para sair da dívida, e não para continuar credor." E o que o Brasil quer é desvalorizar sua dívida, enquanto os principais credores continuam credores.

A proposta, justa seja feita, pode ter algum futuro. No momento, porém, há questões mais imediatas cuja ausência de resposta tem provocado enorme irritação nos credores internacionais. *The Economist*, que nunca economizou em ironias, captou esse generalizado sentimento de descrédito e desconfiança em relação ao Brasil, e desta vez sapecou violento ataque contra o governo, talvez o mais virulento desfechado pela imprensa internacional desde que estourou a crise da dívida, em 1982.

Dívida Externa

Tudo bem. Esse problema é *deles* e pode-se atribuir a banqueiros credores todas as qualidades, menos ingenuidade e altruísmo. Mas a sucessão de propostas que o Brasil desenvolveu (a começar pela moratória) nos últimos meses sugere que as autoridades estão dando voltas enquanto alguns técnicos, e mesmo boa parte dos políticos, sabem que, por enquanto, na melhor das hipóteses, o país consegue empurrar com a barriga o problema a curto prazo. Ou seja: como levantar os 7,2 bilhões de dólares necessários para fechar as contas de 87 e 88.

Não deixa de ser conclusão desagradável para quem saiu a campo com a disposição de resolver de maneira global e duradora o problema da dívida externa. Mas é o reconhecimento tácito de uma difícil realidade: é impossível negociar qualquer coisa a longo prazo enquanto não vierem as definições políticas da Constituinte (e se não vierem?). Além disso, é necessário esperar por uma nova administração em Washington e não existe a menor solidariedade de outros endividados comparáveis ao Brasil — sem que isto signifique desprezo pela Bolívia ou Zâmbia, que também declarou guerra ao FMI.

Sobra, então, o problema imediato, das próximas semanas. Pelo preço módico de 400 milhões de dólares — o pagamento simbólico de juros exigidos pelos bancos — o Brasil pode adquirir a prorrogação da moratória. O saldo comercial deste ano permitiria executar esse pagamento sem maiores problemas e de quebra comprar mais algum tempo no difícil caminho da ida ao FMI. Não seria barganha ruim para os bancos, tampouco.

É bom ser otimista e acreditar que esse tipo de trégua, que é atingível até o final do mês, proporcionará ao país também a possibilidade de resolver o problema de competências na formulação de propostas, definir o embaralhado de vozes na condução da renegociação e deixar um pouco de lado a noção, negativa aos próprios interesses, de que o público externo se deixa impressionar com a mesma facilidade que o interno. No fundo, o Brasil precisa escolher em que campeonato quer jogar. Na primeira divisão das economias avançadas as regras do jogo são, é preciso admitir, ainda duras, mas o extraordinário dinamismo e o potencial da economia brasileira já mostraram que desafios podem ser vencidos, desde que bem definidos.